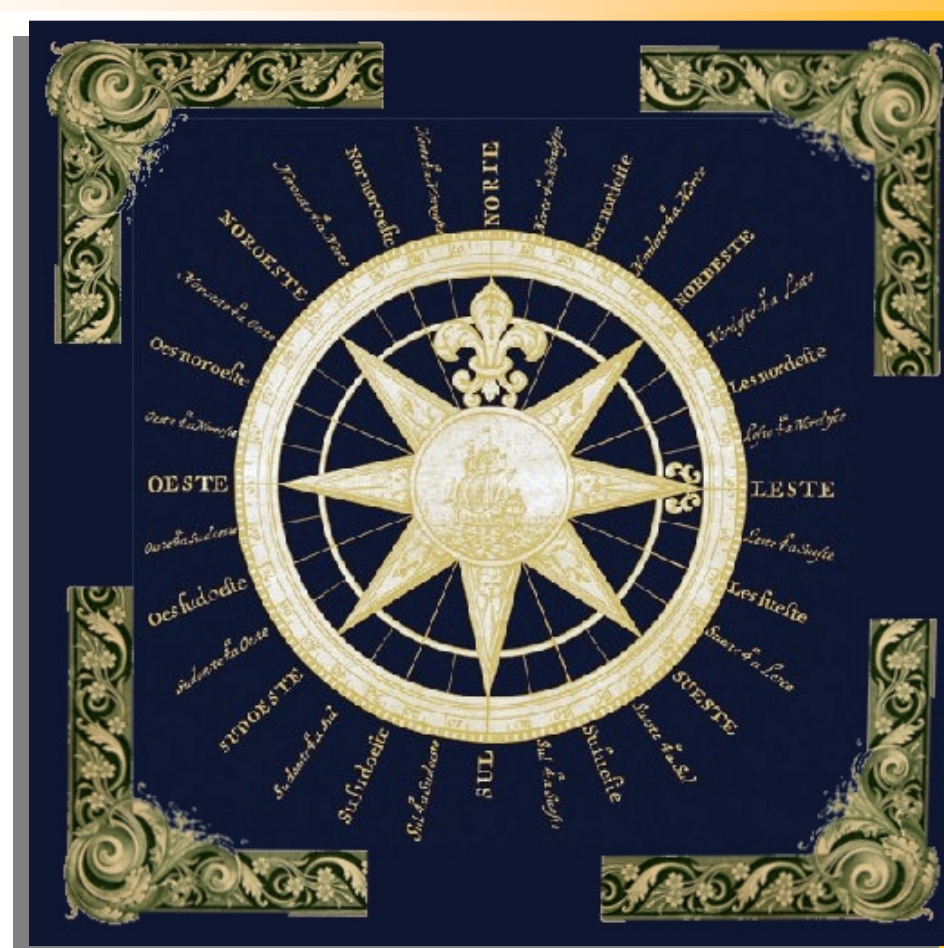




COLUSO



Relatório de Atividades 1996-2009



Conarq

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

CASA CIVIL / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

COLUSO

Relatório de Atividades

1996-2009

Rio de Janeiro

2009

*Copyright © 2009 by Arquivo Nacional
Praça da República, 173 – Centro
20211-350 Rio de Janeiro – RJ - Brasil*

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Erenice Alves Guerra

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos

Marilena Leite Paes

Coordenadora-Geral de Processamento e Preservação do Acervo

Carmen Tereza Coelho Moreno

Membros da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO)

1. JAIME ANTUNES DA SILVA

Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Praça da República, nº 173 – Centro
20211-350 - Rio de Janeiro, RJ

2. ARNO WEHLING

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Av. Augusto Severo, nº 8, 10º andar – Centro
20021-040 - Rio de Janeiro, RJ

Representante do Prof. Arno Wehling
Regina Maria Martins Pereira Wanderley

3. BEATRIZ KUSHNIR

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Amoroso Lima, 15 - Cidade Nova
20211-120 - Rio de Janeiro - RJ

4. CAIO CÉSAR BOSCHI

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Departamento de História
Av. Dom José Gaspar, nº 500 – Coração Eucarístico
30535-610 - Belo Horizonte, MG

5. CARMEN TEREZA COELHO MORENO

Coordenadora da Coordenação-geral de Processamento e
Preservação do acervo do Arquivo Nacional
Praça da República, 173 – Centro
20211-350 - Rio de Janeiro, RJ

6. ESTHER CALDAS GUIMARÃES BERTOLETTI

Coordenadora do Projeto Resgate do Ministério da Cultura
Rua da Imprensa, 16 – 2º andar
20030-120 - Rio de Janeiro – RJ

7. MÔNICA RIZZO SOARES PINTO

Diretora do Centro de Referência e Difusão da Biblioteca Nacional
Av. Rio Branco, 219, 3º andar – Centro
20040-008 - Rio de Janeiro, RJ

8. PAULO ROCHA CYPRIANO (Secretário)

Coordenador da Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios
Bloco H, Anexo II – 1º subsolo – sala 10
70170-900 - Brasília, DF

Representante no Escritório do Rio de Janeiro
Rosiane Graça Rigas Martins
Arquivo Histórico do Itamaraty
Av. Marechal Floriano, 196 – Centro
20080-005 - Rio de Janeiro, RJ

9. JOSÉ LUIZ CRUZ ANDRADE – Ten Cel.

Diretor do Arquivo Histórico do Exército – Comando do Exército
Praça Duque de Caxias, nº 25, 6º andar – Centro
20221 – 260 - Rio de Janeiro, RJ

10. ARMANDO DE SENNA BITTENCOURT – Vice-Almirante (EN-RM1)

Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM
Museu Naval
Rua Dom Manuel, nº 15 – 3º andar - Praça XV – Centro
20010-090 Rio de Janeiro – RJ

11. MARIA TERESA NAVARRO DE BRITTO MATOS

Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia
Ladeira de Quintas, 50 – Baixa de Quintas
40320 -140 – Salvador, BA

12. PAULO KNAUSS DE MENDONÇA

Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Praia de Botafogo, 480
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ

13. TÂNIA MARIA TAVARES BESSONE DA CRUZ

Departamento de História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, T 031 – Maracanã
20550-013 - Rio de Janeiro, RJ





Sumário

7	Apresentação
9	A Origem
11	As Reuniões Conjuntas
13	A Seção Brasileira – Integrantes
15	Projetos desenvolvidos no âmbito da Seção Brasileira da COLUSO
15	Arquivo Nacional
18	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
19	Arquivo Histórico do Itamaraty
20	Arquivo Histórico do Exército
20	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
20	Biblioteca Nacional
23	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
24	Projetos Resgate e Reencontro
28	Serviço de Documentação da Marinha
29	Anexos
31	Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa
33	Protocolo de Colaboração na área de arquivos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa
37	Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem

Apresentação

Por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, inúmeras instituições representantes dos diversos segmentos da sociedade se movimentaram no sentido de participar de programas e eventos a serem desenvolvidos em consonância com essas comemorações.

Dentre tais iniciativas, merece destaque o Protocolo de Colaboração firmado entre o Governo do Brasil e o Governo de Portugal, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995, com o objetivo de estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes.

Para dar cumprimento aos objetivos desse Protocolo de Colaboração, foi ainda assinado e implementado o **Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem**, em que os dois países, trocariam, por meio de rolos de microfilmes, conjuntos de documentos de seu interesse. Essa atividade acarretou melhor conhecimento e organização dos arquivos de cada um dos países, além de permitir a pesquisa em fontes documentais que antes demandavam deslocamento dos pesquisadores ao exterior.

De conformidade com o disposto no referido Protocolo de Colaboração, foi criada uma Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, configurada em duas Seções: uma Brasileira e uma Portuguesa.

Essas Seções se reúnem anualmente para fazer um balanço das atividades realizadas e elaborar programas de trabalho para o exercício seguinte, alternando-se o local de realização, isto é, um ano no Brasil, outro em Portugal.

Considerando a importância dos trabalhos previstos nas cláusulas do referido Protocolo de Colaboração, o CONARQ buscou a parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, que resultou na assinatura de convênio firmado em 1996, com o objetivo de viabilizar, por meio da concessão de 50 bolsas anuais de estágio para estudantes da Universidade, o desenvolvimento de projetos de organização e descrição de fundos documentais existentes em instituições públicas e privadas sediadas no Rio de Janeiro de interesse para Portugal.

Tendo presente o êxito desse convênio, firmou-se, em 6 de julho de 2001, novo convênio para dar continuidade aos trabalhos em desenvolvimento, o qual, por sua vez, foi renovado em 2006, com vigência até 2011.

No período de março de 1997, quando efetivamente deu-se início ao programa de bolsas da UERJ, até novembro de 2009, foram beneficiados pelos convênios UERJ/CONARQ 1.137 alunos.

Anualmente, projetos novos ou em andamento são submetidos à Seção Brasileira da COLUSO, com vistas a sua aprovação e, conseqüentemente, à renovação de contratos ou contratação de novos estagiários para atuarem nesses projetos.

Dentre os documentos preparados pela Seção Brasileira para a IX Reunião Conjunta da COLUSO, a ser realizada em Lisboa, de 23 a 27 de novembro de 2009, merece destaque este Relatório sobre as atividades desenvolvidas pela Seção Brasileira, desde o início de sua implementação até a presente data.

Jaime Antunes da Silva
Presidente da Seção Brasileira da COLUSO
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos
Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasilelaório

Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

A origem

Inserido nas comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil firmou, em 16 de agosto de 1995, com a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, um Protocolo de Colaboração, visando estimular a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, sob a guarda de cada um dos países intervenientes.

Para operacionalizar o desenvolvimento dos trabalhos, o item 5 do referido Protocolo de Colaboração preconizava, para esse fim, a criação de uma comissão bilateral. Assim, pela Portaria nº 1248, de 25 de setembro de 1995, do Ministro de Estado da Justiça, o Conselho Nacional de Arquivos foi designado órgão executor do mencionado Protocolo. Pela Portaria nº 12, de 27 de fevereiro de 1996, do Presidente do CONARQ, foi criada a Seção Brasileira da comissão bilateral em referência, que passou a ser designada Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental – COLUSO, por proposta do CONARQ, aprovada pelos membros da Seção Portuguesa.

A Seção Brasileira, presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, é integrada por representantes do Arquivo Nacional, do Ministério da Cultura, da Fundação Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Serviço de Documentação da Marinha, do Arquivo Histórico do Exército, dos arquivos estaduais do Pará e Bahia, do Arquivo Público Mineiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Como forma de marcar a atuação da Seção Brasileira, foi desenvolvida no Arquivo Nacional logomarca – desenvolvida pela técnica Rosanda da Silva Ribeiro – referente à efeméride de comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, que constituiu o primeiro produto da COLUSO.

A Seção Portuguesa – presidida, de 1995 a 2001, pelo Diretor do Centro de Estudos Damião de Góis, órgão vinculado ao então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – é hoje presidida pelo Diretor-Geral de Arquivos de Portugal e integrada por representantes do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Histórico da Armada e do Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As Reuniões Conjuntas

As Seções Brasileira e Portuguesa se reúnem anualmente para balanço e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições partícipes do referido Protocolo de Colaboração, para apresentar e discutir programas de trabalho, bem como para apreciar e aprovar novos projetos.

As reuniões conjuntas anuais são realizadas, alternadamente, nas cidades do Rio de Janeiro e de Lisboa. Dentre as matérias constantes da pauta da I Reunião Conjunta da Comissão, ocorrida no Rio de Janeiro, dias 5 e 6 de fevereiro de 1996, merece destaque a aprovação do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do programa de microfilmagem, a ser exercido pelos dois países. Insere-se nesse programa o Projeto Resgate Barão do Rio Branco relativo à microfilmagem de acervos coloniais sobre o Brasil, existentes em Portugal, como uma das atividades programadas para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Na II Reunião Conjunta da Comissão, realizada no Rio de Janeiro, em 23 e 24 de outubro de 1997, o plenário alterou o artigo 11 do referido Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, por proposta da Seção Portuguesa, mantendo-se o seu parágrafo único que evita a reprodução dos microfilmes para fins comerciais.

Aproveitando o ensejo da III Reunião Conjunta, realizada em Lisboa, no mês de novembro de 1998, estabeleceu-se, de mútuo acordo, um programa de trabalho a ser desenvolvido naquela oportunidade, conforme se segue: de 2 a 10 de novembro, uma Missão Técnica, constituída de representantes das Seções Brasileira e Portuguesa, dedicou-se a duas importantes tarefas para o êxito do Protocolo: I- estudo de estratégias para normatização de bases de dados e padronização da descrição arquivística a serem adotadas; II- identificação, em instituições portuguesas, de fundos documentais de interesse para o Brasil, a serem incluídas no Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem. Os dias 9 e 10 de novembro foram dedicados a visitas técnicas da delegação brasileira às seguintes instituições portuguesas: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico da Marinha, Arquivo da Academia de Ciências e Palácio da Ajuda. A III Reunião Conjunta, propriamente dita, realizou-se de 11 a 13 de novembro, cuja agenda constou de relatos sobre projetos em curso, apresentação e discussão de novos projetos, bem como apresentação dos resultados dos estudos empreendidos pela Missão Técnica já mencionada.

A IV reunião conjunta ocorreu no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de abril de 2000, na qual foram apresentados os resultados parciais e o estágio em que se encontram os projetos desenvolvidos pelas instituições integrantes das Seções Brasileira e Portuguesa. Na ocasião, o

Presidente da Seção Brasileira manifestou interesse em renovar o Protocolo de Colaboração, cuja vigência expiraria em agosto de 2001.

Tendo presente o êxito desse Protocolo firmado em 1995, a Comissão, em sua V Reunião Conjunta, realizada em Lisboa, de 14 a 16 de maio de 2001, deliberou dar continuidade ao primeiro Protocolo, aprovando minuta de um novo documento de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, com vigência até o ano 2008, quando se comemora o bicentenário da chegada da Corte Portuguesa no Brasil.

Este novo Protocolo, assinado em 5 de setembro de 2001, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República do Brasil e pelos Ministros da Cultura dos dois países, visa dar continuidade à permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo, mediante o intercâmbio de bases de dados e o desenvolvimento do programa Luso-Brasileiro de Microfilmagem, e prevê ainda:

- dar prosseguimento à programação de colóquios, exposições, concursos monográficos, a terem lugar em Portugal e no Brasil, podendo, inclusive estender tais eventos a outros países que comunguem da mesma tradição cultural, se assim o desejarem;
- estimular as universidades e centros de investigação de ambos os países a criarem ou fortalecerem linhas de pesquisa sobre a História comum;
- fomentar o intercâmbio de especialistas na área de arquivos e de bibliotecas, a troca de informações por meio de instrumentos de pesquisa tradicionais ou de bases de dados existentes em seus programas de informatização, inclusive via redes externas de informação (Internet).

A Seção Brasileira Integrantes

Arquivo Nacional (1996-2009)

Maria do Carmo Teixeira Rainho (1996)
 Silvia Ninita de Moura Estevão (1996)
 Mary Lucy Murray Del Priore (2002)
 Mônica Medrado da Costa (2002)
 Inês Terezinha Stampa (2006)
 Carmen Tereza Coelho Moreno (2009)

Arquivo Histórico do Exército (1996-2009)

* Carlos Patrício Freitas Pereira, Gal. (1996)
 Sergio Roberto Dentino Morgado, Gal.Brig. (1997)
 Raul Roberto Musso Santos, Cel. (1998)
 Paulo Dartanhan Marques de Amorim, Cel. (1999)
 Júlio César de Almeida Vasconcelos, Ten.Cel. (2006)
 Claiton Pereira Muniz, Ten.Cel. (2008)

* Cel. Carlos Xavier Filho e Ten. Samuel Xavier dos Santos substituíram diversas vezes o Gal. Carlos Patrício Freitas Pereira.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (2007-2009)

Beatriz Kushnir (2007)

Arquivo Público do Estado da Bahia (1996-2009)

Ana Amélia Vieira Nascimento (1996)
 Marli Geralda Teixeira (2003)
 Maria Teresa Navarro de Britto Matos (2009)

Arquivo Público do Estado de Minas Gerais (2002-2006)

Edilane Maria de Almeida Carneiro (2002)
 Renato Pinto Venâncio (2006)

Arquivo Público do Estado do Pará (1996-2007)

Marcio Augusto Freitas de Meira (1996)
 Geraldo Mártires Coelho (1998)
 Magda Maria de Oliveira Ricci (2007)

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2009)

Paulo Knauss de Mendonça (2009)

Fundação Biblioteca Nacional (1996-2009)

Carmen Tereza Coelho Moreno (1996)
 Sylvia Gonçalves Estrella (1996)
 Carmen Tereza Coelho Moreno (1996)
 Mônica Rizzo Soares Pinto (2009)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1996-2009)

* Arno Wehling (1996)
 * Regina Wanderley, substituta eventual de Arno Wehling

Ministério da Cultura - Projeto Resgate (1996-2009)

Esther Caldas Guimarães Bertolotti (1996)

Ministério das Relações Exteriores (1996-2009)

* Adolf Libert Westphalen, Ministro (1996)
 Maria Elisa Berenguer, Ministra (2002)
 Paulo Roberto França (2002)
 Gilda Ohanian Nunes (2003)
 Eduardo Pereira Ferreira, Secretário (2006)
 Henrique Archanjo Ferrari, Secretário (2007)
 Paulo Rocha Cypriano de Andrade, Secretário (2009)

* O Secretário Rui Jucá Pinheiro de Vasconcelos e Lucia Monte Alto Silva representaram o Ministro Adolf Libert Westphalen.

Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha
Departamento de Arquivo do Ministério da Marinha (1996-2009)

Maria Rosângela da Cunha, Cap.Ten. (1996)
 Armando de Senna Bittencourt, Vice-Alte. (2009)

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1996-2009)

Caio César Boschi (1996)

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ (2002-2009)

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (2002)

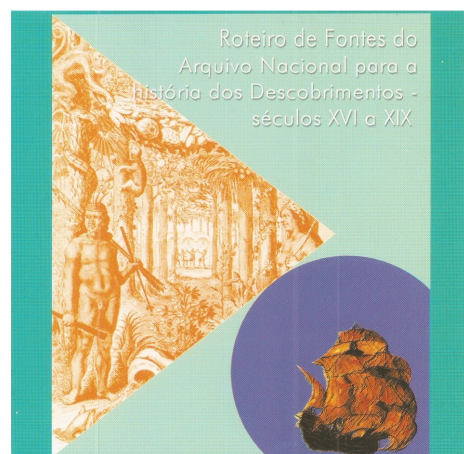
Projetos desenvolvidos no âmbito da Seção Brasileira da COLUSO

Arquivo Nacional

- ROTEIRO DE FONTES DO ARQUIVO NACIONAL PARA A HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, SÉCULO XVI – XIX

O projeto teve por objetivo constituir uma base de dados, que indexasse os principais temas, indivíduos, instituições e locais que figuram nos diferentes núcleos documentais, abrangendo assim uma extensa documentação que inclui desde a expansão marítima e a ação do Estado português na África, Índia e América até à administração colonial.

Além da base de dados, o projeto gerou um importante instrumento que ultrapassa a sua finalidade: o Tesouro de Historia Colonial, com mais de 1300 descritores temáticos, um produto que pode ser aplicado em iniciativas semelhantes. Considerando-se os índices onomásticos (indivíduos e instituições) e o toponímico que integram a base de dados, temos um universo de cerca de 3000 descritores, que trouxeram à tona informações dispersas ou não identificadas no acervo do Arquivo Nacional.



A base de dados está disponível em CD-ROM, lançado em outubro de 2000, possibilitando o acesso a todo o acervo colonial existente no Arquivo Nacional e, sobretudo, permitindo a pesquisa temática, onomástica e toponímica, com cortes cronológicos e importantes cruzamentos de dados. Pode ainda ser consultada no endereço: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

- A CORTE DE D. JOÃO VI NO BRASIL: ROTEIRO DE FONTES DO ARQUIVO NACIONAL PARA A HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO JOANINA, 1808-1821.

Este projeto parte da etapa anteriormente desenvolvida pelo Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos portugueses, séculos XVI-XIX, no qual foi consolidada toda uma metodologia de pesquisa, indexação e implantação da base de dados.

Os principais fundos e coleções selecionados para integrarem o universo desse projeto, possuem a especificidade de terem sido, em parte, transmigrados junto com a Corte Portuguesa, ou seja, são arquivos que vieram de Portugal, o que os investe de especial interesse também para a história portuguesa.

As informações obtidas em decorrência da leitura e análise da documentação de interesse para o projeto estão sendo incorporadas à base de dados do projeto Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a história dos Descobrimentos Portugueses, séculos XVI – XIX, já mencionado.

- A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL

O projeto teve como objetivo elaborar um site de história colonial, inaugurando, assim, uma linha de divulgação do acervo do Arquivo Nacional, através da rede *web*. O portal institucional inclui um link para este site, visando a articulação interna e externa, com acervos do período colonial em instituições congêneres.

O trabalho se apoiou nas informações geradas pelas bases de dados ***Roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história dos descobrimentos portugueses – séculos XVI-XIX; A corte de d. João VI no Brasil: roteiro de fontes do Arquivo Nacional para a história da administração joanina*** e ***Base NAU: roteiro bibliográfico do Arquivo Nacional***. Essas bases permitem a pesquisa através dos fundos e coleções do Arquivo Nacional, relacionando acervos entre si e aprofundando o conhecimento sobre esses registros. A partir da leitura do acervo, procedeu-se à indexação temática, toponímia e onomástica dos registros documentais, acompanhada das datas-limite, notação, fundo e outras informações. A Base NAU, criada como uma versão bibliográfica dos projetos citados, divulga as obras raras, produzidas entre os séculos XVI e XIX, conservadas no Arquivo Nacional.

- MOVIMENTAÇÃO DE PORTUGUESES NO BRASIL, 1808-1842

O trabalho consistiu no levantamento da entrada de portugueses nos livros da Polícia da Corte, num total de 324 volumes, que registram tanto a entrada quanto a saída e movimentação interna de nacionais e estrangeiros no período de 1808 a 1842.

O desenvolvimento do projeto contou com o apoio do Liceu Literário Português que patrocinou a constituição de uma base de dados que permite a emissão de diversos tipos de relatórios e índices, além de consulta *online*. A base de dados recupera informações pelo sobrenome, nome, naturalidade, idade, características físicas (estatura, olhos, nariz, barba, bigode, pele, sinais particulares etc.) estado civil, ocupação/profissão, moradia (endereço) trabalho (endereço), data de chegada, procedência, tipo, nacionalidade e nome da embarcação, comandante, razão da vinda para o Brasil, destino, data do registro, observações e notação (código, volume, folha e nº do registro), e pode ser acessada no endereço <http://www.an.arquivonacional.gov.br/baseluso>



- PROJETO MARQUÊS DE BARBACENA

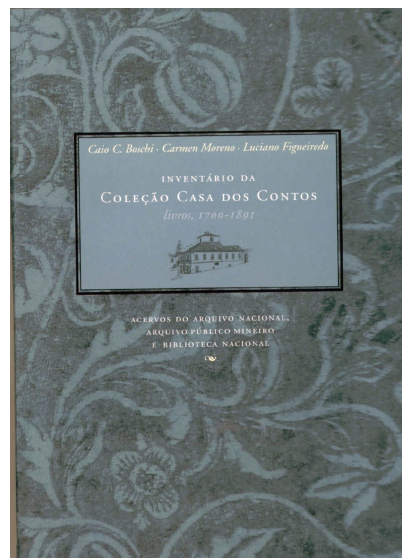
O projeto consistiu na produção de instrumento de pesquisa para o arquivo de Felisberto Caldeira Brand Pontes Oliveira e Horta, primeiro visconde com grandeza (1825) e Marquês de Barbacena (1826), que reúne cartas, ofícios, requerimentos, avisos, borradores, relatórios, jornais, carta-patente de Marechal de Campo dos Reais Exércitos, pareceres, petições, discursos, diários da Câmara dos Senadores e impressos referentes às negociações para o reconhecimento do Império Brasileiro por Portugal e outras potências européias, nomeações diplomáticas, exploração de minas, criação de bancos, cana de açúcar, pau-brasil, aparelhamento do Exército, estradas de ferro, colonização suíça, segundo casamento e abdicação de Pedro I, sucessão ao reino de Portugal por D. Pedro I e reforma constitucional.

- PROJETO CASA DOS CONTOS

O projeto se desenvolveu em colaboração com o Arquivo Público Mineiro e a Fundação Biblioteca Nacional, instituições que partilham com o Arquivo Nacional, o arquivo da Casa dos Contos.

No Arquivo Nacional, o trabalho teve início com a identificação dos códices, que resultou em publicação conjunta interinstitucional, intitulada ***Inventário da coleção Casa dos Contos; livros, 1700-1891: acervos do Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Nacional***, editada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com o patrocínio da FAPEMIG.

Concluída a identificação dos códices, deu-se início ao tratamento da documentação de avulsos da *Coleção Casa dos Contos* que compreende 343 latas. O trabalho encontra-se em curso, com conclusão prevista para dezembro de 2010.



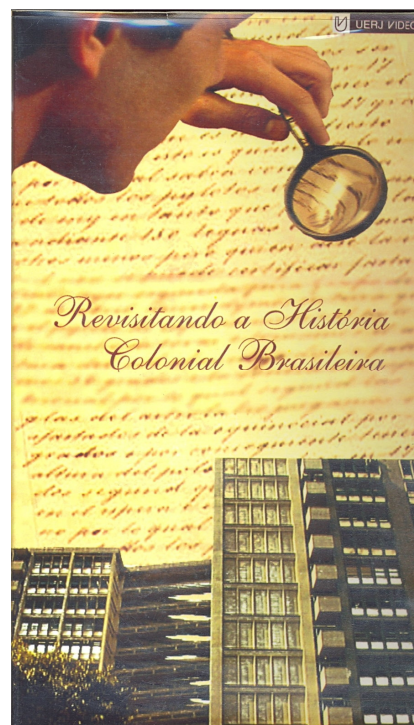
- MAPA – MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

O projeto foi desenvolvido em três módulos: *Poder e Administração: a corte de D. João VI no Brasil, Continuidades ou rupturas? A administração pública brasileira e a consolidação do Estado independente (1822-1840)*, e *A estrutura administrativa e a consolidação do Estado Nacional (1840-1891)*. Teve como produtos a alimentação de bases de dados disponível para consulta online no portal do Arquivo Nacional.

- SEMINÁRIO *REVISITANDO A HISTÓRIA COLONIAL BRASILEIRA – A TRAJETÓRIA DE UM PROGRAMA CETREINA/SR1/UERJ*

O Arquivo Nacional, em parceria com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o Cetreina, da UERJ, realizou, nos dias 30 e 31 de maio e 1 de junho de 2000, o Seminário *Revisitando a História Colonial Brasileira – a trajetória de um Programa Cetreina/SR1/UERJ*,

O Seminário tinha por objetivo de divulgar o programa de estágio desenvolvido em decorrência do convênio firmado entre o Conarq e a UERJ, no âmbito das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e divulgar os resultados dos trabalhos de organização de acervos coloniais e desenvolvimento de bases de dados realizados no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo Histórico do Exército, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com apoio dos estudantes do Curso de História da UERJ.

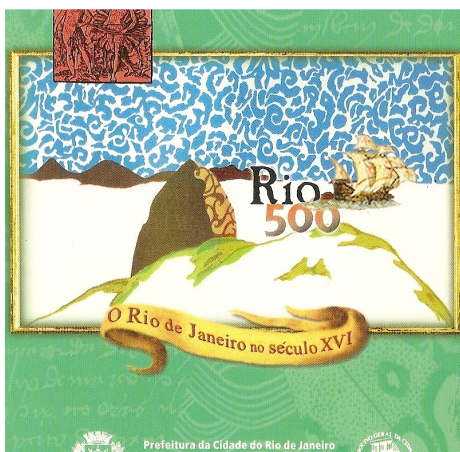


Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

- HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1565 A 1822.

O projeto envolveu o tratamento, a ordenação e a elaboração de instrumentos de pesquisa para acesso ao acervo do período colonial, produzido pela municipalidade carioca desde a fundação da Cidade do Rio de Janeiro, em 1565, bem como os instrumentos de divulgação necessários à disseminação da informação.

Dentre os principais resultados alcançados destacam-se:



- o lançamento no segundo semestre de 2000 do CD-Rom *Rio 500: O Rio de Janeiro no século XVI*, no qual se resgata parte da memória colonial carioca, ou seja, antecedentes e primeiras décadas de vida da cidade do Rio de Janeiro;
- a base de dados colonial: sistema de informações elaborado pela equipe da Assessoria de Informática da Secretaria Municipal das Culturas, que atende às peculiaridades e diversidades apresentadas pela documentação colonial;

Arquivo Histórico do Itamaraty

- REVISÃO DO CATÁLOGO DA DOCUMENTAÇÃO ANTERIOR A 1822.

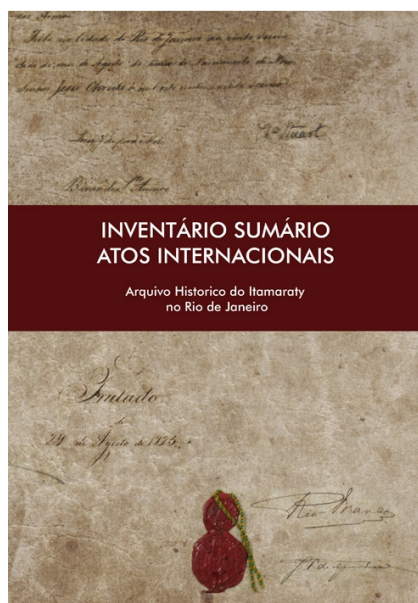
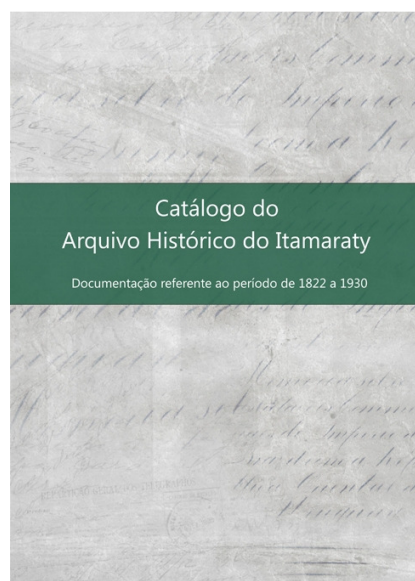
Este projeto contemplou, além da revisão do catálogo, correções e informações significativas, o reacondicionamento do acervo anterior a 1822 e a avaliação de seu estado de conservação.

Concluído os trabalhos, o **Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty**, em sua 2ª edição revista e ampliada, foi lançado durante a programação da V Reunião Conjunta da COLUSO, realizada em Lisboa, no mês de maio de 2001.

- REVISÃO E ACONDICIONAMENTO DE DOCUMENTOS DO PERÍODO DO IMPÉRIO BRASILEIRO, ABRANGENDO DOCUMENTOS HISTÓRICOS (1823-1889) E CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (1808-1889).

O projeto teve por objetivos proceder a descrição e acondicionamento dos documentos, ampliando a disseminação das informações neles contidas, por meio eletrônico e impresso.

Durante os trabalhos, foram desenvolvidas atividades de checagem entre o catálogo impresso e os volumes e maços documentais que compõem esta parte do acervo, a correção dos erros identificados e a identificação do estado de conservação dos volumes e maços, além de seu acondicionamento adequado. Foi feita a digitação do catálogo já revisto e está prevista a publicação de edição revista e ampliada de catálogo publicado em 1960.



- ORGANIZAÇÃO E INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS DO PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL, OS ATOS INTERNACIONAIS (TRATADOS BILATERAIS E MULTILATERAIS) DO ACERVO DOCUMENTAL DO ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY.

O principal objetivo do projeto é o inventário de todo o acervo arquivístico sob a custódia do AHI, facilitando a interface com o usuário.

Encontra-se em curso e tem como resultado previsto um Inventário Sumário dos Atos Internacionais a ser editado em CD-ROM, com lançamento previsto para 23 de novembro, em Lisboa, durante a Reunião das Seções Portuguesa e Brasileira da COLUSO.

Arquivo Histórico do Exército

- ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NO BRASIL, SÉCULOS XVI A 1822 – TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS DO ACERVO DE CÓDICES MILITARES COLONIAL E IMPERIAL.

O projeto tem por objetivo organizar o acervo da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército, visando à implantação de um sistema informatizado e sua divulgação, através de instrumentos de pesquisa, particularmente da documentação relativa à administração portuguesa no Brasil reunida em 143 códices.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

- TRATAMENTO TÉCNICO DO FUNDO PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1756-1889).

O projeto tem por objetivo organizar o fundo que reúne, em cerca de 90m lineares, documentos manuscritos (avulsos e códices) produzidos e acumulados por diversos órgãos administrativos da antiga província fluminense, além de registros paroquiais de terras, livros de decretos e leis, livros de deliberações da Presidência da Província, de termos de posse, de contratos de finanças, de registros de despesas e da dívida pública, plantas, mapas e um álbum de fotografias de autoria de Marc Ferrez. Encontra-se em curso com estagiários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional

- ACERVO COLONIAL MANUSCRITO – INVENTÁRIO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO.

Com o objetivo básico de se proceder ao arranjo e descrição dos documentos coloniais sob a guarda da Divisão de Manuscritos, os quais se encontram, total ou parcialmente, sem identificação, este projeto se desenvolve em etapas que consubstanciam, em si, objetivos específicos: levantamento do acervo, identificação de sua proveniência e procedência, identificação e descrição dos documentos, indexação e elaboração de instrumento de pesquisa. A fim de facilitar a organização do trabalho, o projeto foi dividido em três módulos:

Módulo 1 – Inquisição de Goa

Módulo 2 – Casa dos Contos – a administração fazendária colonial na Divisão de Manuscritos

Módulo 3 - A cartografia manuscrita das colônias portuguesas – 1808-1821

1. INQUISIÇÃO DE GOA

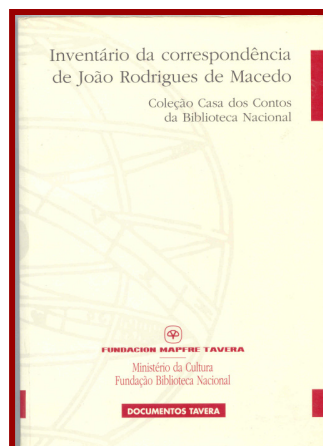
Os códices da Inquisição de Goa reúnem, em nove volumes, a correspondência acumulada pela Mesa da Inquisição de Goa entre os séculos XVI e XIX, recebida do Conselho Geral dos Inquisidores e das Inquisições de Évora e Coimbra. Composta por relatórios, recibos, regimentos, petições, alvarás, provisões e certidões sobre o aumento de ordenado de oficiais do Santo Ofício e confirmação de cargos, autos de confissão e sentença de seitas e heresias de gentios, e seus respectivos tratados de paz, censura a livros etc.

Compreendendo o período que vai de 1564 a 1807, os documentos foram integralmente descritos por equipe de estagiários de história da UERJ, que produziram inventário analítico com cerca de 1700 registros, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 120.

2. CASA DOS CONTOS – A ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA COLONIAL NA DIVISÃO DE MANUSCRITOS

O arquivo da Casa dos Contos reúne documentos relativos à administração fazendária de Minas Gerais, entre princípios do século XVIII até meados do século XIX. Este conjunto, apesar de ter uma única origem (a Delegacia Fiscal de Ouro Preto), acabou, nos anos 20 deste século, sendo dividido entre três instituições, o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional e a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, sendo que, nos dois primeiros casos – ainda que em épocas diferentes – foi analisada e seu inventário produzido.

O trabalho desenvolvido na Divisão de Manuscritos teve o objetivo de não apenas mapear os documentos do acervo mas, acima de tudo, resgatar a trajetória de um dos mais importantes arquivos do país para a história do Brasil Colonial, contextualizando-o não só em termos de sua acumulação, como também de sua formação e fragmentação entre várias instituições.



O trabalho teve como produtos uma base de dados com consulta online no portal da Biblioteca Nacional (http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=manuscritos_pr:manuscritos) e a publicação ***Inventário da coleção Casa dos Contos; livros, 1700-1891: acervos do Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Nacional***. Editada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com o patrocínio da FAPEMIG.

Além destes, foram gerados subprodutos no decorrer do trabalho:

- ***Inventário das coleções Inconfidência Mineira e Tiradentes***, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 118.
- ***Inventário da Correspondência de João Rodrigues de Macedo. Coleção Casa dos Contos da Biblioteca Nacional***, publicada em 2004 em Madrid com o patrocínio da Fundación Mapfre Tavera.
- ***Contos da Casa: a história e a história da Coleção Casa dos Contos*** elaborada pelo ex-estagiário da UERJ, Antônio Marcelo Jackson da Silva, a partir do trabalho realizado com a documentação da Casa dos Contos, e publicada pela Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda, em 1999.

3. A CARTOGRAFIA MANUSCRITA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS – 1808-1821



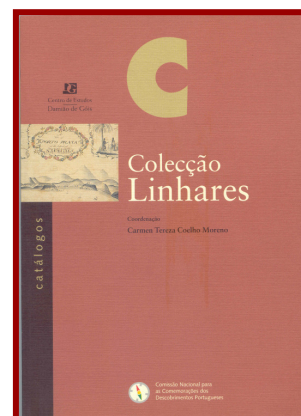
O projeto, desenvolvido no Setor de Documentos Cartográficos, teve por objetivo proceder ao levantamento dos documentos cartográficos manuscritos do período colonial, existentes na Biblioteca Nacional, identificou e indexou mapas raros, referentes a diversos temas – cartas sertanistas, limites entre as possessões portuguesas e espanholas, colônias portuguesas na África e Ásia, entre outros, cujas descrições podem ser acessadas online no portal da Biblioteca Nacional.

[Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo] – 1722 (FBN/Cartografia – ARC.25,9,8)

4. OUTROS PRODUTOS DO PROJETO ACERVO COLONIAL MANUSCRITO

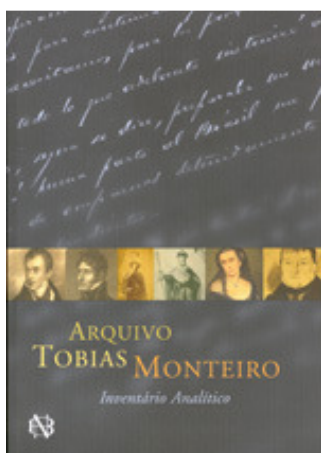
O projeto Acervo Colonial Manuscrito produziu ainda outros trabalhos relativos ao período joanino:

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Colecção Linhares / coordenação Carmen Tereza Coelho Moreno ; identificação e descrição Guilherme de Souza Serrano, Viviane Negreiros Magalhães ; revisão, identificação de documentos em outros idiomas, Ana Lúcia Merege Correia. Lisboa [Portugal] : Centro de Estudos Damião de Góis : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [2001]. 229p. ; 26cm.



BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo do Arquivo de Mateus / coordenação Darci Damasceno ; supervisão Waldir da Cunha ; identificação e descrição Carmen Tereza Moreno. Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 2000. 431p. : il. ; 22cm. (Coleção Rodolfo Garcia ; v.27)

• REGISTROS DO IMPÉRIO



Com o objetivo de ampliar o acesso a conjuntos documentais relativos ao período do Império, o projeto foi organizado em dois módulos:

Módulo 1 – Arquivo Tobias Monteiro
Módulo 2 – Coleção de Angelis

1. ARQUIVO TOBIAS MONTEIRO

Composto por documentos acumulados pelo titular, historiador que se especializou na história do Império Brasileiro, que deixou seu acervo por testamento à Biblioteca Nacional. O trabalho resultou em inventário publicado pela própria instituição em 2007.

2. COLEÇÃO DE ANGELIS

Adquirida ao bibliófilo italiano Pedro De Angelis, que viveu e trabalhou na Argentina, nos governos de Bernardino Rivadavia e Manuel Rosas, morrendo em Buenos Aires em 1859. A coleção abrange mapas manuscritos e gravados das missões jesuíticas na América Meridional, limites entre as províncias da Argentina, Gran Chaco, trilhas na Argentina, Chile e Bolívia, costa da Argentina e do Chile, fronteiras entre os países vizinhos da Argentina, região do Prata, cidades da Argentina, Uruguai e Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, totalizando cerca de 119 documentos. Teve seu inventário publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 121.

- HISTÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI: FUNDOS DE INTERESSE EXISTENTES NA BIBLIOTECA NACIONAL

O projeto tinha por objetivo o arranjo e descrição dos documentos manuscritos e cartográficos relativos à Guerra do Paraguai que integram os acervos especiais da Biblioteca Nacional. Teve como produto o Inventário da Coleção Mario Barreto, militar estudioso do período, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 125.

Foi ainda construído portal que reúne as informações produzidas pelos projetos Guerra do Paraguai desenvolvidos no âmbito da Comissão, sendo disponibilizada, na Rede de Memória Virtual gerenciada pela Biblioteca Nacional, página sobre a História da Guerra do Paraguai, contendo textos e imagens fornecidas pela Biblioteca Nacional e pelo Museu Histórico Nacional, disponível em <http://catalogos.bn.br/guerradoparaguai/>.



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- LEVANTAMENTO DE FONTES COLONIAIS DO IHGB.

O projeto identificou documentação armazenada em 1.426 baús, que compõe a Coleção IHGB e os Arquivos Particulares, tendo editado, também, a publicação ***Homens, mares e terras: inventário analítico da documentação colonial portuguesa na África, Ásia e Oceania do IHGB***. Rio de Janeiro, 2001.

Projetos Resgate e Reencontro

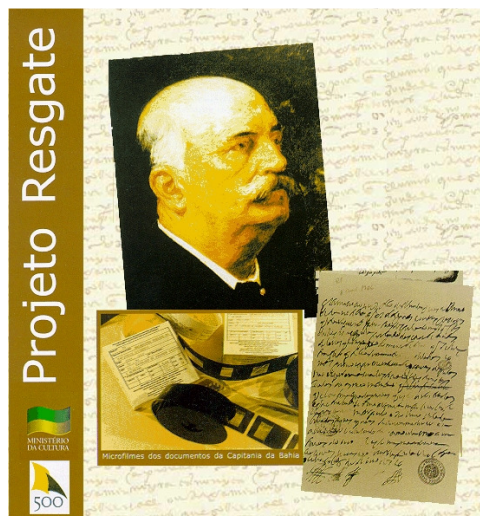
O **Projeto RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO**, do Ministério da Cultura do Brasil/Diretoria de Relações Internacionais tem por objetivo resgatar para os pesquisadores brasileiros, em formato microfilme, cerca de 500.000 cópias de documentos manuscritos (que perfazem o total de aproximadamente 5 milhões de páginas) relativos ao Brasil, existentes nos arquivos europeus, notadamente nos portugueses e nos Estados Unidos.

Iniciado em 1992, após cerca de 10 anos de negociações internas e externas, o Projeto Resgate tem contado com o apoio dos Ministérios da Ciência e Tecnologia - através do CNPq - e da Casa Civil da Presidência da República - através do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Arquivo Nacional. A criação, no âmbito do CONARQ, da Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, que aprovou o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, veio facilitar o desenvolvimento do Projeto Resgate nos arquivos portugueses, principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino, tendo a Dra. Esther Caldas Bertoletti, Técnica- Consultora em Documentação/FBN, como Coordenadora Técnica do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco" desde seu início.

Todo o esforço do Projeto Resgate, em Portugal, está inicialmente concentrado no Arquivo Histórico Ultramarino, organismo do governo português criado nos anos 30 e que reuniu em um único arquivo toda a documentação relativa às antigas colônias. Para lá têm sido deslocados pesquisadores brasileiros de todo o Brasil, enviados pelos arquivos estaduais e/ou municipais e diversas universidades públicas e/ou privadas, a fim de re-organizar e inventariar a documentação relativa a cada capitania.

Cada conjunto organizado e inventariado é microfilmado e, em seguida, publicado em Catálogos em forma de verbetes-resumos com índices que facilitam a pesquisa. A primeira Capitania a ter a sua documentação disponibilizada em suporte microfilme foi a de Minas Gerais (174 rolos) à qual se seguiram ao longo dos anos as demais capitanias, e os diversos fundos para além dos Códices respeitantes ao Brasil. Podemos informar que dos conjuntos custodiados no AHU, em torno de 4.300 caixas, o PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO re-organizou, verbetou e microfilmou cerca de 2.500 caixas, ou seja, mais de 57%.

No item Códices, os totais são também significativos, pois, dos 2.100, aproximativos, o PROJETO RESGATE microfilmou 831 Códices, referente a 40% dos existentes. No momento, a equipe que tem a supervisão acadêmica da Prof^a. Dra. Heloisa Liberalli Bellotto e a coordenação da Prof^a. Doutoranda Erika Simone de Almeida Carlos Dias continua trabalhando em Lisboa na organização, verbetação e microfilmagem de 10 caixas do fundo relativo ao Ministério da Marinha e do Ultramar que foram localizadas, em 2009, por pesquisadores ligados ao PROJETO RESGATE na



Biblioteca Nacional de Portugal/BNP e no AHU cerca de mais 55 caixas identificadas como BRASIL /DIVERSOS e a análise do grande conjunto intitulado REINO com, aproximadamente, 500 caixas, das quais já foram analisadas mais de 63 caixas onde foram encontradas uma grande quantidade de documentos relativos ao Brasil.

As cópias dos microfilmes trazidos de Portugal são depositadas no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e as cópias dos conjuntos relativos a cada Capitania são encaminhadas ao Arquivo Público do Estado correspondente. O original, a matriz e as cópias da pesquisa ficam disponibilizados no Arquivo Histórico Ultramarino, detentor dos documentos manuscritos originais. Os CD-ROM's produzidos a partir destes microfilmes são doados às diversas Universidades, Arquivos Públicos e Institutos Históricos Estaduais, além das instituições de caráter nacional existentes no Rio de Janeiro, como Museu Histórico Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

CAPITANIA	DOCUMENTOS/ VERBETES	CDs	MICROFILMES ROLOS	CATÁLOGO S
ALAGOAS	532	01	09	01
BAHIA	54.368	63	474	
Avulsos	19.610	32	293	(03)
Castro e Almeida	30.374	25	143	05
Luisa da Fonseca	4.384	06	38	01
CEARÁ	1.436	03	22	01
CÓDICES I e II	759	44	232	01
COLÔNIA DO SACRAMENTO E RIO DA PRATA	1.224	02	14	01
CONSELHO ULTRAMARINO Diversos	4.728	18	78	01
ESPÍRITO SANTO	549	02	07	01
GOIÁS	2.950	07	73	01
MARANHÃO	13.118	14	199	01
MATO GROSSO	2.221	09	39	01
MINAS GERAIS	13.916	54	174	03
PARÁ	12.690	16	178	03
PARAÍBA	3.523	06	57	01
PERNAMBUCO	20.029	25	336	03
PIAUI	1.716	05	37	01
RIO DE JANEIRO	41.449	27	370	
Avulsos	20.964	20	287	(03)
Castro e Almeida	20.485	07	83	04
RIO GRANDE DO NORTE	684	01	12	01
RIO GRANDE DO SUL	822	02	15	01
RIO NEGRO (Amazonas)	750	02	21	01
SANTA CATARINA	619	01	11	01
SÃO PAULO	6.496	11	103	
Avulsos	1.383	04	33	03
Mendes Gouveia	5.113	07	70	15
SECRETARIA CONSELHO ULTRAMARINO Avulsos	2.020	01	22	01

CAPITANIA	DOCUMENTOS/ VERBETES	CDs	MICROFILMES ROLOS	CATÁLOGO S
SERGIPE	641	02	07	01
TOTAL	187.240	316	2.490	57 (06)
TRABALHOS EM ANDAMENTO		NÚMERO DE CAIXAS		
REINO		63		
BRASIL/DIVERSOS		55		
CONSELHO ULTRAMARINO/BNP		10		

O **Projecto Reencontro** foi estabelecido tendo por base o V Protocolo de Colaboração para a área dos arquivos e é desenvolvido nos termos do Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, aprovado em outubro de 1997, em reunião no Rio de Janeiro, no âmbito da COLUSO. Representa a contrapartida portuguesa ao Projeto Resgate e tem como finalidade efetuar o levantamento e a microfilmagem de fontes documentais referentes à presença portuguesa no Brasil, no sentido de facilitar o acesso à referida documentação. As cópias dos microfilmes e os Catálogos publicados foram depositados nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses que iniciou e financiou parte dos trabalhos realizados em diversos arquivos e instituições brasileiras. Ambos os projetos têm como objetivo a recuperação da documentação de interesse para a história comum.

No Arquivo Nacional, foram microfilmados, a partir de solicitação da Seção Portuguesa da COLUSO, os seguintes conjuntos documentais, gerando um total de 76 rolos:

FUNDO	Nº de vols.
Casa Real e Imperial	7
Chancelaria-Mór do Estado	1
Chancelaria-Mór do Estado / Reino do Brasil (Cod. 0Q)	132
Companhia de Pernambuco e Paraíba?	1
Conselho de Fazenda (Cod. EL)	35
Diversos	29
Fiscatura-Mór (Cod. 2O)	12
Intendência do Arsenal Real do Exército (Cod. 6C)	2
Intendência Geral da Polícia / Polícia da Corte (Cod. 0E)	14
Mesa da Consciência e Ordens	40
Mesa do Desembargo do Paço do Estado do Brasil (Cod. 4K)	49
Ministério da Justiça / Setretaria de Estado dos Negócios do Reino do Brasil (Cod. 4T)	3
Ministério do Império (Cod. 53)	12
Negócios de Portugal / Audiência dos Governadores (Cod. 59)	1
Negócios de Portugal / Casa Real e Imperial (Cod. 59)	1
Negócios de Portugal / Conselho de Fazenda do Brasil (Cod. 59)	6

FUNDO	Nº de vols.
Negócios de Portugal / Erário Régio (Cod. 59)	1
Negócios de Portugal / Secretaria dos Negócios do Reino /ou do Brasil (Cod. 59)	25
Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (Cod. 7X)	72
Secretaria das Mercês do Brasil	75
Secretaria do Estado do Brasil (Cod. 86)	49
Tribunal do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens	21
TOTAL	588

Nas demais instituições parceiras, foram microfilmados os seguintes conjuntos:

INSTITUIÇÃO / ACERVO	ROLOS	CROMOS
1. Arquivo Público do Estado da Bahia <ul style="list-style-type: none"> Provisões Régias (1548-1805) – Códices 254 a 263-2 Ordens Régias (1648-1800) – Códices 1-90 Senado da Câmara de Salvador Maços 485-1 a 485-2 Registro de correspondência expedida do Senado da Câmara de Salvador para o Rei (1640-1822) Códices 128 a 132 Documentação diversa do Fundo Colonial e Provincial <ul style="list-style-type: none"> a. Dossiês sobre repartições e autoridades militares Maços n. 431-426 b. Correspondência expedida de autoridades diversas para o rei: juizes de fora, juizes ordinários e Câmara (1725-1780) c. Matrícula dos engenhos da Capitania da Bahia pelos dízimos reais administrados pela Junta da Real Fazenda (1807) d. Sesmarias (1552-1815) Livros 597-601 e maço 601-1 e. Terras (1657-1813 - Maços 602 e 602-2 f. Dossiês sobre aldeamento e missões indígenas (1758-1807) - Maço 603 g. Contratos e regimentos (impressos) (1548-1815) Maços 626, 627, 483-1; Livro 459 h. Correspondência expedida dois capitães-mores (1775-1822) Maços 407 - 415, 417-418, 420, 423 i. Registros de pedidos de passaportes para escravos e de guias para despachos de embarcações (1718-1729) - Livros 248-253 	6 57 1 1 12	
2. Arquivo Público do Estado do Pará <ul style="list-style-type: none"> Correspondência de Diversos com o Governo (1733-1779) – Códices: 17, 72, 95-96, 98, 100, 102, 104-107, 111, 113-116 	8	
3. Arquivo Público Mineiro <ul style="list-style-type: none"> Seção Colonial/Secretaria do Governo (1605-1837) Secretaria do Governo (1709-1821) 	23 44	

INSTITUIÇÃO / ACERVO	ROLOS	CROMOS
4. Fundação Biblioteca Nacional <ul style="list-style-type: none"> • Documentação avulsa • Coleção Portugal (1622-1877) • Morgado de Mateus (1769-1775) • Coleção Linhares (1638-1829) • Coleção Casa dos Contos 	85 16 27 13 118	
5. Ministério das Relações Exteriores/ Itamaraty / Rio de Janeiro <ul style="list-style-type: none"> • Documentação avulsa anterior a 1822 • Cartas del Rei ao Conde da Torre • Cartas Del Rei escritas a Álvaro de Souza e Gaspar de Souza • Livro Primeiro do Governo do Brasil 	93 3 1 1	
6. USP- Universidade de São Paulo/ SÃO PAULO <p>6.1. Museu Paulista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Livro Segundo do Governo do Brasil <p>6.2. Instituto de Estudos Brasileiros/IEB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleção Alberto Lamago • Coleção Yan de Almeida Prado 	1 22 4	 499 97
TOTAL	536	596

Serviço de Documentação da Marinha

- DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA SECRETARIA DE ESTADO E NEGÓCIOS DA MARINHA.

O principal objetivo do projeto foi o levantamento descritivo de um conjunto documental que tem como origem o Ministério e Secretaria dos Negócios da Marinha, sob guarda do Arquivo Nacional, conjunto este denominado Série Marinha.

Os trabalhos encontram-se em curso e têm como resultado previsto uma base de dados que incrementará o acesso à documentação, permitindo uma busca qualificada em eixos temáticos específicos.

- EXPOSIÇÃO CIÊNCIA, ARTE E TÉCNICA: A CONQUISTA DO TERRITÓRIO ATLÂNTICO, SÉCULOS XVI – XIX

Esta mostra foi realizada pelo Arquivo Nacional e pelo Serviço de Documentação da Marinha, em outubro de 1998, no Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro. Organizada com base no acervo das duas instituições, reuniu mapas, documentos manuscritos, obras raras e peças museológicas que assinalam o desenvolvimento de uma cultura científica, da técnica, da institucionalização do saber, da formação de uma nova geografia planetária, da colonização e das disputas entre as potências européias durante quatro anos.

A exposição foi dividida nos seguintes módulos: Mar e ultramar no Ocidente moderno, Ciência e técnica na época moderna, Os assaltantes do mar, O engenho da colonização.

Anexos:

- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA
- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE ARQUIVOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
- PLANO LUSO-BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA
REPÚBLICA PORTUGUESA**

Animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966;

Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os Países, concluído em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983;

Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito à partilha de patrimônio arquivístico comum;

Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil deve também ser assinalada pelo aprofundamento da investigação e a troca de informação entre ambas as partes relativas ao passado comum que se encontra documentado;

Considerando que as celebrações do ano 2000 devem ainda incluir uma exposição desse acervo documental à guarda de ambos os Países e que registra a História comum;

Tendo ainda em consideração a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos;

Resolvem concluir o presente protocolo na área dos arquivos:

1. Pelo presente Protocolo ambas as Partes acordam na necessidade de promover a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo.
2. Para o efeito do que se dispõe na cláusula anterior, ambas as Partes iniciarão o processo de microfilmagem dos respectivos fundos documentais, designadamente daqueles que respeitam a História comum.
3. Registrados progressos no processo a que se reporta a cláusula anterior, organizar-se-ão um colóquio e uma exposição luso-brasileira, a terem lugar em Portugal e no Brasil em data oportuna do ano 2000 e em que se evidenciarão os resultados do trabalho de pesquisa e partilha dos acervos documentais.
4. Ambas as Partes poderão alargar, de comum acordo, a participação nos eventos atrás referidos aos Países que solicitarem e que comunguem da mesma tradição cultural.
5. Ambas as Partes nomearão uma comissão bilateral que se encarregará de:

a) inventariar e selecionar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada um dos Estados a ser objeto do processo de microfilmagem, nos termos da segunda cláusula do presente Protocolo;

b) propor as bases que orientarão o processo de microfilmagem e permuta dos microfilmes;

c) promover a organização do colóquio e da exposição referidos na terceira . cláusula do presente Protocolo.

6. Ambas as Partes acordam ainda em fomentar o intercâmbio de especialistas na área das bibliotecas e dos arquivos, assim como a troca de informações entre as respectivas instituições, em particular as que concerne aos seus programas de informatização.

7. Ambas as partes se declaram dispostas a facilitar a participação dos seus nacionais em ações de formação que levem a cabo na área das bibliotecas e dos arquivos.

Feito no Rio de Janeiro aos dezesseis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS DA
REPÚBLICA PORTUGUESA

Nelson A. Jobim
Ministro de Estado da Justiça

Manuel Barata Frexes
Subsecretário de Estado da Cultura

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE ARQUIVOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa

(doravante denominados "Partes"),

Animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966;

Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os países, realizado em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983;

Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito ao compartilhamento do patrimônio arquivístico comum;

Considerando o Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado da Cultura de Portugal, no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1993, sobre o levantamento sistemático do acervo cultural de um país existente no território do outro, inclusive mediante a criação do centro informatizado de documentação cultural;

Considerando a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos;

Tendo em consideração o Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa, firmado no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995;

Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil assinalou o aprofundamento da investigação e a troca de informação entre ambas as Partes relativas ao passado comum que se encontra documentado;

Avizinhando-se as comemorações do bicentenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil a ter lugar em 2008;

E considerando ainda a necessidade de dar continuidade aos vários projetos em curso,

Acordam:

ARTIGO PRIMEIRO

Pelo presente Protocolo ambas as Partes acordam na necessidade de continuar a promover a permuta de informações contidas nos acervos arquivísticos de interesse mútuo.

ARTIGO SEGUNDO

Para o efeito do que se dispõe no Artigo anterior, ambas as Partes incentivarão a organização e a inventariação de fundos documentais, bem como o desenvolvimento e o intercâmbio de elementos de pesquisa documental sob a guarda de ambos os países, designadamente daqueles que respeitam à História comum.

ARTIGO TERCEIRO

Para o efeito do que se dispõe no Artigo Primeiro, ambas as Partes prosseguirão o processo de microfilmagem dos respectivos fundos documentais, designadamente daqueles que respeitam à História comum.

ARTIGO QUARTO

Com o objetivo de promover os resultados dos trabalhos de pesquisa e intercâmbio de informações, bem como da reprodução dos acervos documentais, apontados como de interesse para ambas as Partes, poderão fomentar-se ações de divulgação tais como colóquios, exposições, concursos monográficos e demais eventos julgados de interesse a terem lugar no Brasil e em Portugal.

ARTIGO QUINTO

Ambas as Partes poderão alargar, de comum acordo, a participação nos projetos e eventos acima referidos aos países que solicitarem e que comunguem da mesma tradição cultural.

ARTIGO SEXTO

Ambas as Partes prorrogarão a vigência de suas respectivas Seções da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, que se encarregará de:

- a) identificar o patrimônio arquivístico ou documental à guarda de cada um dos países a ser objeto dos trabalhos preconizados nos Artigos Segundo e Terceiro deste Protocolo;
- b) promover a organização de eventos previstos no Artigo Quarto do presente Protocolo.

ARTIGO SÉTIMO

Ambas as Partes acordam em fomentar o uso das fontes documentais, objeto deste Protocolo, estimulando as universidades e centros de investigação de ambos os países a criarem ou fortalecerem linhas de pesquisa sobre a História comum.

ARTIGO OITAVO

Ambas as Partes acordam, ainda, em fomentar o intercâmbio de especialistas na área dos arquivos e das bibliotecas, assim como a troca de informações entre as respectivas instituições, em particular as que respeitam aos fundos documentais de interesse para a História comum, por meio de instrumentos de pesquisa tradicionais ou de bases de dados existentes em seus programas de informatização, inclusive via redes externas de informação (Internet).

ARTIGO NONO

Ambas as Partes se declaram dispostas a facilitar a participação dos seus nacionais em ações de formação desenvolvidas na área dos arquivos e das bibliotecas.

ARTIGO DÉCIMO

O presente Protocolo entra em vigor na data de sua assinatura e poderá ser denunciado por qualquer das Partes, mediante notificação por escrito. A denúncia surtirá efeito noventa dias após o recebimento da notificação pela outra Parte.

Feito em Brasília, em 5 de setembro de 2001 em dois exemplares originais, no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

PLANO LUSO BRASILEIRO DE MICROFILMAGEM

Em cumprimento ao disposto na alínea “b” do item 5 do PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA REPÚBLICA PORTUGUESA, assinado na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1995; e ao preconizado no item III, do anexo único das atividades definidas pela Comissão Bilateral Luso-Brasileira, reunida em Lisboa em 2 de dezembro de 1994, que indica a importância da salvaguarda do patrimônio comum, através de inventariação e divulgação, e a determinação contida na Portaria N° 131, de 09 de outubro de 1995, do Ministro de Estado da Cultura do Brasil, e

Animados do espírito de prosseguir a concretização no plano imediato das previsões do Acordo Cultural entre Portugal e o Brasil, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966;

Tendo em conta a conclusão do Protocolo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil relativo à microfilmagem de documentos de interesse para a memória nacional de ambos os Países, realizado em Lisboa, em 15 de dezembro de 1983;

Pretendendo levar a efeito o estabelecido na Ata da VII reunião da Comissão Mista Cultural Luso-Brasileira, que teve lugar em Brasília, de 13 a 15 de março de 1989, em particular no que diz respeito à partilha do patrimônio arquivístico comum, conforme enfatizado no Protocolo de Colaboração supra mencionado;

Tendo em vista o Protocolo Binacional sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, de 7 de maio de 1991, aprovado pelo Decreto Legislativo N° 87, de 24 de novembro de 1992, que deu ensejo a criação da Comissões Bilateral Luso-Brasileira das Comemorações da Viagem de Pedro Álvares Cabral e da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil;

Considerando o disposto no Memorandum de Entendimento, firmado no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1993, entre o Ministério da Cultura do Brasil e a Secretaria de Estado de Cultura de Portugal, que acordam no levantamento sistemático do acervo cultural de seu país existente no território do outro;

Entendendo que a Comemoração dos Quinhentos Anos da Descoberta do Brasil deve também ser assinalada pelo aprofundamento da investigação e pela troca de informações entre ambas as Partes relativas ao passado comum que se encontra documentado. Tais atividades levarão as Instituições brasileiras e portuguesas, detentoras de acervos de interesse comum, a facilitar o acesso aos referidos documentos, com o uso inclusive, de tecnologias aplicadas ao tratamento arquivístico, disponibilizando as informações através de meios modernos de disseminação;

Considerando que as celebrações do ano 2000 devem ainda incluir congressos e exposições desse acervo documental à guarda de ambos os Países e que registra a História comum;

Tendo ainda em consideração a Declaração Conjunta de Lisboa, firmada a 21 de julho de 1995, contemplando já o quadro da cooperação na área dos arquivos históricos ficam estabelecidas as bases que orientarão o processo de microfilmagem da documentação existente nos arquivos e instituições de ambos os países, bem como a utilização e permuta dos mesmos.

Artigo 1º

Ambas as Partes assumem o compromisso de facultar o acesso para o preparo e microfilmagem da documentação existente nos arquivos e instituições públicas, sem prejuízo da pesquisa individual, como é internacionalmente reconhecido.

Artigo 2º

O acesso referido no parágrafo anterior está condicionado à declaração de confidencialidade e aos prazos de reserva de sigilo para consulta pública, de acordo com as normas em vigor nos respectivos Países.

Artigo 3º

Caso a documentação já tenha sido microfilmada, existindo em depósito um negativo matriz de qualidade arquivística, em 35 mm, este será utilizado para duplicação.

Artigo 4º

Cada uma das Partes prestará o apoio técnico e orientação que facilite a elaboração dos inventários das fontes documentais, e/ou uso dos já existentes, nomeadamente quanto às regras da sua classificação e indexação arquivística que se procurará compatibilizar nos dois Países, adequando-as, na medida do possível, às normas internacionais de padronização de descrição arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, da UNESCO.

Artigo 5º

Ambas as Partes designarão os seus coordenadores dos Projetos, podendo incumbir instituições ou pessoas físicas pela responsabilidade da execução dos Sub-projetos. A Coordenação dos Projetos poderá ser auxiliada por técnicos e pesquisadores previamente credenciados para atuar nas diversas fases dos mesmos.

Artigo 6º

Os conjuntos documentais a serem reproduzidos pela microfilmagem devem ser previamente analisados pelos coordenadores dos Projetos aprovados pela Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental e previstos em seus planos anuais de trabalho.

Artigo 7º

Caberá aos coordenadores dos Projetos tomar as medidas necessárias, de acordo com as entidades detentoras dos documentos, para evitar que os acervos documentais possam sofrer danos ou deteriorações durante os trabalhos de inventariação e de microfilmagem.

Artigo 8º

O processo de microfilmagem deve obedecer às seguintes normas:

- a) os trabalhos de microfilmagem, sempre que possível, deverão ser realizados nos arquivos ou instituições detentoras dos documentos, sujeitos às regras do respectivo funcionamento;
- b) a microfilmagem deverá ser processada em rolos de 35 mm;
- c) os negativos matrizes deverão ser de sais de prata;
- d) os negativos de segunda geração e/ou positivos de pesquisa, em sais de prata, deverão ser feitos, a partir dos matrizes, para remessa ao país que tem interesse na documentação comum;
- e) as Partes estabelecerão intercâmbio de microfilmes, rolo a rolo, programando, anualmente, a operacionalização dos acordos a serem firmados.

Artigo 9º

Sempre que uma das Partes pretenda executar um volume de microfilmagem para além das cotas anuais acordadas, responsabilizar-se-á pela respectiva viabilização. Neste caso, a entidade detentora da documentação deverá garantir local adequado para a instalação da aparelhagem técnica necessária à consecução dos trabalhos programados. Os coordenadores dos Projetos deverão comunicar, com antecedência, qual a empresa e técnicos que se ocuparão dos trabalhos, de forma a serem estabelecidas as condições de sua execução.

Artigo 10º

No caso da microfilmagem não ser feita pela própria instituição detentora dos documentos originais, o negativo matriz do microfilme ser-lhe-á entregue no prazo máximo de 90 dias, após a conclusão dos Projetos. Procedido ao controle de qualidade dos microfilmes recebidos, a instituição poderá solicitar a repetição da microfilmagem do rolo matriz até 90 dias a contar da recepção do mesmo.

Artigo 11º

Ficam as instituições, brasileiras e portuguesas, detentoras de cópias de segunda geração, autorizadas a executar cópias desses microfilmes para fins científicos e acadêmicos.

Parágrafo Único

Qualquer outra reprodução dos microfilmes só poderá ser feita com prévia autorização da instituição detentora dos documentos originais.

Artigo 12º

Ambas as Partes remeterão às instituições detentoras dos documentos originais um exemplar dos trabalhos, impressos ou não, elaborados pelas mesmas a partir das informações contidas nos microfilmes produzidos em decorrência deste Protocolo.

Artigo 13º

Cada uma das Partes suportará as despesas da execução dos projetos, as viagens e estada dos Coordenadores dos mesmos e dos pesquisadores ou técnicos envolvidos nos trabalhos, inclusive com apoio de instituições de fomento nacionais e internacionais.

Artigo 14º

A revisão das normas do presente Plano caberá à Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1997

